Renúncia do governador do Rio abre caminho para eleição indireta; entenda o caso

Assembleia Legislativa terá que eleger um governador tampão; regras estão na mira do Supremo Tribunal Federal

O Estado do Rio de Janeiro, um dos mais importantes do País, vive uma situação peculiar às vésperas do prazo para desincompatibilização de agentes públicos que pretendem se candidatar em 2026. É que a renúncia do governador Cláudio Castro (PL), que quer ser candidato ao Senado, impõe a necessidade de eleição indireta para o cargo na Assembleia Legislativa do Estado.

Pela Constituição, a renúncia de um governador enseja que o vice-governador assuma o cargo. Ocorre que, neste caso, o vice eleito em 2022, Thiago Pampolha, renunciou ao mandato para assumir cadeira no Tribunal de Contas do Estado no ano passado.

A dupla vacância dos cargos nos últimos dois anos de mandato, pela Constituição Estadual, determina que o Poder Legislativo, no caso a Assembleia, realize uma eleição indireta para a ocupação dos cargos até o fim do mandato que é 31 de dezembro deste ano de 2026.

Disputa política e jurídica

O imbróglio carioca começa exatamente neste ponto. Recentemente, os deputados estaduais cariocas aprovaram uma lei com regras para a escolha indireta do novo governador. O dispositivo lega, porém, tinha ilegalidades, reconheceu o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux.

Em ação movida pelo PSD, do ex-prefeito Eduardo Paes, opositor de Cláudio Castro, o ministro determinou que eleição indireta impõe regras semelhantes às das eleições gerais, obrigando membros do Executivo que tenham se desincompatibilizado do cargo seis meses antes do pleito.

Além disso, o ministro considerou que o voto dos parlamentares é inviolável e deve ser secreto. A medida foi dada em liminar e ainda vai passar pela análise do pleno do STF.

Mudança agita os bastidores

As mudanças nas regras agitaram os grupos políticos no Estado. A oposição a Castro, liderada por Paes, pode se somar ao grupo do presidente afastado da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar, ex-aliado de Castro, e eleger o governador-tampão, o que poderia mudar a correlação de forças no Rio de Janeiro.

Expectativa de novas eleições

Em outra disputa nos tribunais por abuso de poder nas eleições, Castro e Barcellar enfrentam processo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que pede levar ambos a cassação dos mandatos. Cláudio Castro, após a renúncia, ainda pode ficar inelegível. Bacellar perder o cargo de presidente da Assembleia, levando os deputados estaduais a terem que promover uma nova votação para a escolha.

Pobre eleitor carioca, além de não ter um dia de paz, assiste a um imbróglio de degeneração política até difícil de compreender.

cnnbrasil

Escrito por

Inácio Aguiar